

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA CIDADE DE CURITIBA, PARANÁ

(ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE AREA OF LAND IN THE CITY OF ADJUSTMENT CURITIBA, PARANA)

Cláudia Regina Bosa¹, Diane Cristina Gonzaga Lombardi²

¹Doutoranda em Parasitologia/UFPR; Mestre em Zoologia/UFPR; Professora do Curso de Pós Graduação em Conservação da Natureza e Educação Ambiental - PUC/PR

² PUC/PR

crbosa@hotmail.com, daia_bio@yahoo.com.br

RESUMO

É notória a preocupação com os problemas ambientais enfrentados atualmente pela humanidade. O crescimento demográfico é acentuado e os problemas provenientes da falta de planejamento urbano se refletem nas ocupações irregulares, muitas vezes em áreas de preservação permanente. O Projeto de Regularização Fundiária da Companhia de Habitação Popular de Curitiba, que faz parte do Projeto de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, retira as famílias do favelamento relocando-as para moradia digna, com luz, água, coleta de esgoto e coleta de lixo. Os técnicos ambientais realizam atividades de Educação Ambiental a fim de informar e incentivar os moradores a respeito da conservação do ambiente para que na nova moradia possam estabelecer padrões de higiene aumentando assim, a qualidade de vida da comunidade. Este trabalho teve como objetivo analisar as diretrizes de Educação Ambiental presentes nos Planos Técnicos de Trabalho Social, construídos a partir do Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente, da COHAB-CT e se este plano condiz com a realidade socioambiental dos moradores que serão relocados. Foi realizada a análise documental dos Planos de cada Projeto e coleta de dados qualitativa nas áreas selecionadas a fim de verificar o perfil das comunidades. Apesar da maioria dos projetos ainda estarem em andamento, os resultados parciais foram satisfatórios, as famílias tem se mostrado preocupadas e sensibilizadas à problemática ambiental, dispostas a mudança de hábitos no seu dia-a-dia a fim de melhorar a qualidade de vida. Em relação às diretrizes de Educação Ambiental do plano, verificou-se necessidade de adequação a realidade de cada comunidade.

Palavras chave: Regularização fundiária; Educação ambiental; Ocupações irregulares.

ABSTRACT

The concern with the environmental problems currently faced by humanity is notorious. The marked population growth and the problems that arise from the lack of urban planning are reflected in irregular occupations, usually in permanent preservation areas. The Regularization Project of the Public Housing Company of Curitiba, which is part of the Accelerate Growth Project of the Federal Government, removes slum families and relocates them to decent homes, with light, water, sewage and garbage collection services. Environmental technicians performed environmental education activities to inform and encourage residents to conserve the environment, establishing hygiene standards and increasing the quality of community life. This study aimed the examination of the environmental education guidelines contained in the Social Work Action Plans, part of the COHAB-CT Municipal Regularization Plan for permanent preservation areas. The Regularization Plan equivalence with the social-environmental reality of the relocated residents was also evaluated. In order to verify the community profile, documentary analysis for each project plans and qualitative data collection of selected areas were performed. Preliminary results were satisfactory, although most projects are still ongoing. Selected families have been shown to be concerned and awareness with the environmental issues, willing to change their daily habits in order to improve their quality of life. In relation to the environmental education guidelines of the plan, it was verify the need of some adjustment to the reality of each community.

Key words: Land regularization; Environmental education; Irregular occupations

INTRODUÇÃO

É notória a preocupação com os problemas ambientais enfrentados atualmente pela humanidade. O crescimento demográfico é acentuado e os problemas provenientes da falta do planejamento urbano se refletem nas ocupações irregulares, muitas vezes em áreas de preservação permanente. De acordo com Reigota (1994, pág. 09) “É necessário entender que o problema está no excessivo consumo desses recursos por uma pequena parcela da humanidade e no desperdício e produção de artigos inúteis e nefastos à qualidade de vida.”

A Educação Ambiental é sem dúvida transformadora da realidade socioambiental contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Para Loureiro, Layrargues e Castro (2005, p. 69):

A Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza. Dessa forma, para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos, a Educação Ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza.

O Projeto de Regularização Fundiária da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) faz parte do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, o qual retira as famílias do favelamento e as reloca para moradias de melhor qualidade, com luz, água, coleta de esgoto e de lixo. O padrão, bem como a quantidade de quartos das casas é estabelecido pelo número de integrantes de cada família. A elaboração e levantamento do perfil socioeconômico das famílias são realizados pelas assistentes sociais da COHAB-CT. Os técnicos ambientais realizam atividades de Educação Ambiental para sensibilizar, informar e incentivar os moradores a respeito da conservação do ambiente, para que na nova moradia tenham padrões de higiene visando melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Desenvolver uma pesquisa com o referido tema surge da reflexão da vivência no campo profissional do meio ambiente vinculado a habitação. Esta vivência propicia a observação de inúmeros problemas como pela degradação ambiental em decorrência das ocupações irregulares, aumento populacional desordenado e falta de saneamento básico. Observa-se que mesmo com intervenções de Educação Ambiental os moradores relocados continuam jogando e acumulando resíduos sólidos urbanos no entorno de suas residências.

As famílias que são relocadas trazem consigo antigos hábitos, pois viveram muitas anos naquela realidade, onde jogar resíduos no rio e no entorno era comum. É importante verificar se as ações de Educação Ambiental não estão sendo manipuladas como forma de adestramento. Reigota (1994, p. 29) menciona que as “atividades de Educação Ambiental devem englobar em seu conteúdo aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais, pois se não englobarem poderá ser compreendida apenas como o ensino de biologia e/ou ecologia”.

Para Santos (2002, p. 27) é fundamental maior atenção à preservação ambiental urbana, principalmente no que diz respeito às condições em que a população vive. Em relação às questões

sociais e ambientais Loureiro, Layrargues e Castro (2006, p. 25) completam que a “Educação Ambiental com compromisso social é aquela que articula a discussão da relação entre o ser humano e a natureza inserida no contexto das relações sociais.”

No Município de Curitiba o órgão responsável em executar a Política Habitacional, que regulariza ocupações é a COHAB-CT, para atender os dispositivos da resolução 369/2006 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA):

Considerando que as Áreas de Preservação Permanente-APP, localizadas em cada posse ou propriedade, são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. [...] (Resolução 369/2006 CONAMA, 2006).

A COHAB desenvolveu o Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente (PMRF-APPs) sendo estruturado “a partir de um diagnóstico, com informações gerais sobre o município, enfatizando as questões ambientais como: hidrografia, áreas verdes, unidades de conservação, saneamento, passivos e fragilidades ambientais” (PMRF-APPs, 2004, p. 04). Este diagnóstico ainda conta com informações demográficas, processos de planejamento urbanístico em Curitiba e levantamento dos problemas referentes às ocupações irregulares em áreas de proteção permanente.

De acordo com o PMRF-APPs (2004, p. 170)

O objetivo geral do Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável em APPs, é viabilizar a regularização fundiária e a urbanização de áreas de ocupação irregular situadas em Áreas de Preservação Permanente – APP, adequando-as aos parâmetros ambientais e garantindo sua sustentabilidade, atendidas as diretrizes gerais da Política Municipal de Habitação de Interesse Social e do Meio Ambiente, estabelecidas no Plano Diretor – Lei 11.266/04, nas demais políticas públicas municipais, assim como o estabelecido na Resolução nº 369/06 do CONAMA.

A partir deste diagnóstico a COHAB-CT e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) criaram diretrizes de Educação Ambiental para cada área trabalhada. Estas diretrizes integram os Planos Técnicos de Trabalho Social (PTTS), as quais basicamente indicam ações sócio-educativas, contribuindo para a conservação ambiental, saneamento básico, coleta seletiva, entre outros temas de interesse da comunidade, visando à co-responsabilidade e comprometimento dos moradores. Em Curitiba, a questão habitacional está integrada ao planejamento urbano, associando as diretrizes de crescimento, desenvolvimento da cidade e planejamento ambiental. (PMRF-APPs, 2004, p. 144)

A COHAB-CT desenvolve intervenções físicas em várias áreas de Curitiba, para cada área existe um PTTS, que engloba diversas secretarias, onde são contratados técnicos para desenvolver atividades relacionadas com seus eixos de intervenções. Os PTTS’s são personalizados para cada uma das áreas, e o levantamento é realizado pela COHAB-CT, ou seja, cada Núcleo Regional é responsável pela criação deste documento bem como pelas atividades a serem realizadas. Já os técnicos ambientais de cada área são responsáveis pela interpretação do PTTS e execução das ações previstas.

A estimativa de 2008, em relação à contagem demográfica pelo IPPUC/IBGE, indica 1.828.092 de habitantes na capital do Paraná. No levantamento do IPPUC/COHAB-CT, sobre as ocupações irregulares no Município de Curitiba de 2005, o número de domicílios constatado foi de 62.576.

As áreas de propriedade particular e sem interesse imobiliário como ao longo de ferrovias, rodovias, faixas de transmissão de alta tensão de energia elétrica, fundos de vale, áreas sujeitas à inundação e de proteção ambiental, são as áreas de maior ocupação irregular. (PMRF-APPs, 2004, p. 56).

Para Reigota (1994, p. 11) “O homem dificilmente se considera um elemento da natureza, mas apenas como observador e/ou explorador da mesma.”

O êxodo rural e a expansão urbana, a precariedade do trabalho e o desemprego, a exclusão social e a violência, o ordenamento espacial e a degradação do meio ambiente estão, sem dúvida, entre os principais problemas originais da questão urbana.

Grande parte da população, excluída dos processos formais de organização das cidades, acaba tendo acesso ao solo urbano e a moradia através de mecanismos informais e ilegais na formação de favelas, loteamentos clandestinos, nas beiras de rio, entre outras que vêm se configurando enquanto formas de produção de habitação nas cidades brasileiras. (PMRF-APPs, 2004, pág. 61)

Este trabalho tem como objetivo analisar as diretrizes de Educação Ambiental presentes nos PTTS construídos a partir do PMRF-APPs, da COHAB-CT e verificar se este plano condiz com a realidade socioambiental dos moradores que serão relocados. Pois, se estas diretrizes e/ou operacionalizações e estratégias de intervenções estiverem incoerentes com a situação real, não ocorreram, ganhos sociais, econômicos, nem ambientais. Estas famílias precisam ser sensibilizadas às questões ambientais, pois, serão relocadas para novas moradias. Nas antigas áreas as famílias jogavam *in natura* todos os resíduos produzidos, bem como, o esgoto era lançado sem tratamento algum, porém no novo loteamento estas ações precisam ser reduzidas para uma melhoria da qualidade de vida de todos. Sensibilizar o cidadão sobre as questões ambientais exige ação de sensibilização por parte da Educação Ambiental. É o conhecimento que propicia a mudança de atitude, o comprometimento e a ação, tanto individual como coletiva, da população. (PMRF-APPs, 2004, p. 147)

1.1 PLANEJAMENTO URBANO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Diante da complexidade em harmonizar o meio ambiente com a urbanização faz-se necessário reflexões sobre os padrões de consumo. As transformações ambientais realizadas pelo homem em seu processo de civilização são notórias desde os primórdios, pois, nem sempre o Ser Humano se preocupou com as questões ligadas ao meio ambiente. “A intervenção do Homem no meio ambiente visa à adaptação de seus próprios objetivos, onde é crescente o processo de modificação do ecossistema para que fique de acordo com suas necessidades” (CARVALHO, 2006, p. 26). O início da industrialização foi o estopim para a modernidade, que encontrou seu habitat

natural nas cidades, através de um processo cultural de revitalização de idéias e comportamentos. A industrialização ocasionou o crescimento acelerado das cidades, atraiu a migração de pessoas do campo para a cidade buscando melhores oportunidades. “Novas necessidades surgiram com o desenvolvimento tecnológico, e na mesma proporção, a exploração dos recursos naturais em escala planetária” (FERREIRA, 2005, p. 01).

No período da ditadura militar algumas leis ambientais foram criadas, mas com a concepção de que os recursos naturais deveriam ser protegidos apenas por sua vantajosa posição econômica. Porém estas leis não se preocupavam muito com a questão social da população que utilizava os recursos naturais como fonte de subsistência. A questão ambiental no país teve início na década de 70, ressalta-se que a emergência de movimentos sociais urbanos e ambientais se concretizou principalmente na década de 80, quando o país retornou ao regime democrático (MENEZES, 1996, p. 19). Tais fatos foram de extrema importância para o meio ambiente e as questões ambientais receberam destaque na constituição federal de 1988. O processo de Industrialização acelerou uma intensa concentração da população nas cidades e conseqüentemente a metropolização dos centros urbanos (MENEZES, 1996, p. 36), dentre os períodos de 1940 a 1980 o crescimento econômico “proporcionou uma profunda degradação ambiental no país” (MENEZES, 1996, p. 36). A ditadura deixava bem claro ser a favor da instalação de empresas multinacionais“ [...] bem vindo à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país sem restrições [...]” (MENEZES, 1996, p. 35). A conseqüência para falta de políticas urbanas observadas na década de 70 foi à intensificação da degradação ambiental, porém esta aparente problemática não sensibilizava os governantes, ela era tratada como a antítese do desenvolvimento almejado (MENEZES, 1996, p. 37). Esta situação ficou bem explícita na Conferência de Estocolmo onde o governo brasileiro se posicionava de forma antagônica ao ambientalismo negando reconhecer o problema da explosão demográfica. Menezes (1996, p. 37) ainda completa sobre a Conferência de Estocolmo, que o governo argumentava que a proteção ao meio ambiente era uma preocupação inventada pelos países ricos, para colocar obstáculos à industrialização do terceiro mundo.

Os marcos da urbanização de Curitiba iniciam-se no século XVII com a exploração do ouro, onde até então era apenas habitado por nativos Tupis-guaranis e Jê. Após a queda da exploração do ouro pelos mineradores que permaneceram no local foi possível oficializar a vila em: Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, primeiro nome oficial (MENEZES, 1996, p. 55). Nos próximos séculos a Vila passou por transformações geradas pelo ciclo do gado, onde era rota de passagem dos tropeiros e no inverno o gado ficava alojado nas fazendas. Com esta dinâmica a Vila passou a expandir e a ter um núcleo urbano significativo, levando assim em 1842 a elevação de Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais para Cidade de Curitiba. O ciclo do gado deu lugar à exploração da erva-mate “de ponto estratégico na rota do gado, Curitiba passou a ponto estratégico da província na comercialização da erva-mate” (MENEZES, 1996, p. 57). A partir de então, houve a emancipação política do Paraná, a elite emergente da criação de gado e exploração da erva-mate iniciou novos hábitos de consumo. Em meados de 1887 houve uma crise de produtos alimentícios e o governo criou uma política imigratória abrindo oportunidades para o aumento da ocupação territorial. “Significativas transformações ocorreram no cenário urbano de Curitiba com o súbito aumento de sua população” (MENEZES, 1996, p. 58). Juntamente com o crescimento da cidade, os problemas de infra-estrutura e de saneamento vieram, fazendo com que a elite criasse, por exemplo, o uso e ocupação de solo, regras de higienização, códigos de

postura. “Bêbados, doentes, mendigos, imigrantes, vadios, prostitutas, não só enfeivavam, mas também incomodavam e ameaçavam a elite Curitibana” (MENEZES, 1996, p. 63). O grande plano municipal, Plano Agache, para o desenvolvimento urbano do município foi concluído em 1943, onde pela primeira vez a cidade sofreu uma intervenção urbanística. O Plano Agache organizou diretrizes na utilização do espaço urbano e se preocupava também com o saneamento, descongestionamento do tráfego urbano e com a centralização das sedes funcionais. Com um aumento populacional de 140.656 para 180.575¹ em questão de 10 anos houve uma preocupação com a questão ambiental como, por exemplo, a lei 699/1953 do código de posturas que determinava “aqueles que jogassem lixo de qualquer espécie nas vias públicas seriam passíveis de multa” (MENEZES, 1996, p. 69). Mesmo com o código de uso e ocupação do solo, não foi possível prever os loteamentos clandestinos de populações viventes nas áreas periféricas. Menezes (1996, p. 71) configura um novo desafio para os administradores, pois para eles:

[...] esses loteamentos significavam uma “ameaça” ao ecossistema natural, sobretudo ao sistema hídrico, em virtude da ocupação de áreas de fundo de vale. Por outro lado, as enchentes freqüentes representavam uma ameaça constante à vida dos seus ocupantes.

Em 1965 foi concluída a elaboração de um novo plano urbanístico, denominado Plano Serete e neste mesmo ano, foi criado o Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), órgão responsável pela execução do plano diretor do município.

1.2 POLÍTICA HABITACIONAL E AMBIENTAL

O êxodo rural massivo em meados da década de 70, devido ao crescimento urbano, levou a população a buscar melhores condições de vida e a se instalarem em áreas que fossem economicamente acessíveis (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2006, p. 271). Com o aumento populacional se intensificando acentua-se os desníveis sociais “a grande maioria da população viu suas condições de vida agravar-se, passando a viver em condições subumanas” (MENEZES, 1996, p. 36). A incapacidade de adquirir a moradia em locais dotados de infra-estrutura levava grandes contingentes de trabalhadores a assentar-se em áreas periféricas, desaconselháveis à habitação e passíveis de degradação ambiental: áreas de mananciais, encostas, mangues, fundos de vale, estas áreas recebem o nome de Áreas de Preservação Permanente (APP). As APPs foram estabelecidas pelo código florestal, a Lei n° 4.771 de 1965 que, em seu artigo 2° define o que são e quais são as APPs. A partir de 1988 foi proposto pela constituição federal que nenhuma política ambiental deve promover mais injustiça e desigualdade social (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2006, p. 267). O direito à moradia é reconhecido como um direito humano em diversas declarações e tratados internacionais de direitos humanos, no direito à moradia é fundamental que políticas urbanas priorizem a melhoria da qualidade de vida, bem como no seu aspecto ambiental. O conflito entre o direito a moradia² e o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado³ se reflete nos

¹ Dados obtidos: IBGE censo demográfico 1940 a 1960.

² Capítulo II - Dos Direitos Sociais - Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

casos de habitação em APP “[...] de um lado populações carentes, sem recursos para morar em um lugar adequado e do outro, áreas de preservação ou diretrizes ambientais importantes.” (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2006, p. 268). Os moradores destas áreas, geralmente ocupadas de forma desordenada, além da exclusão econômica e social a que estão sujeitos, sofrem também com a exclusão ambiental, “suas moradias costumam estar precariamente localizadas em encostas, à beira de riachos, em áreas alagáveis ou ambientalmente frágeis” (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2006, p. 268). Reconhecendo este conflito, o CONAMA trouxe a resolução 369/2006, essa norma revela a possibilidade na execução de políticas ambientais e de regularização fundiária, delegando ao órgão público ambiental e habitacional a permissão de intervenção em APP urbana. Ou seja, as APPs urbanas podem ser suprimidas ou reduzidas em face de projetos que visem uma regularização baseada à moradia. Em suma, isso significa que políticas sociais de produção de moradia popular são formas de, preventivamente, promover-se a política ambiental (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2006, p. 271). As moradias localizadas em APPs são denominadas de Ocupações Irregulares, bem como as moradias localizadas de forma irregular em terrenos particulares.

O IPPUC, desde a década de 70, considera ocupações irregulares os assentamentos urbanos existentes em áreas de propriedades de terceiros sejam elas públicas ou privadas (PMRF-APPs, 2004, p. 81). O estatuto das cidades propõem a regularização fundiária de imóveis privados ocupados por moradia popular, através do instrumento de usucapião, para assegurar que os moradores relocados tenham segurança de posse. Em rigor, regularização fundiária é:

O processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídicos, físico e social, que objetiva em legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação, implicando melhorias no ambiente urbano de assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária (Estatuto da cidade, 2002, p. 151).

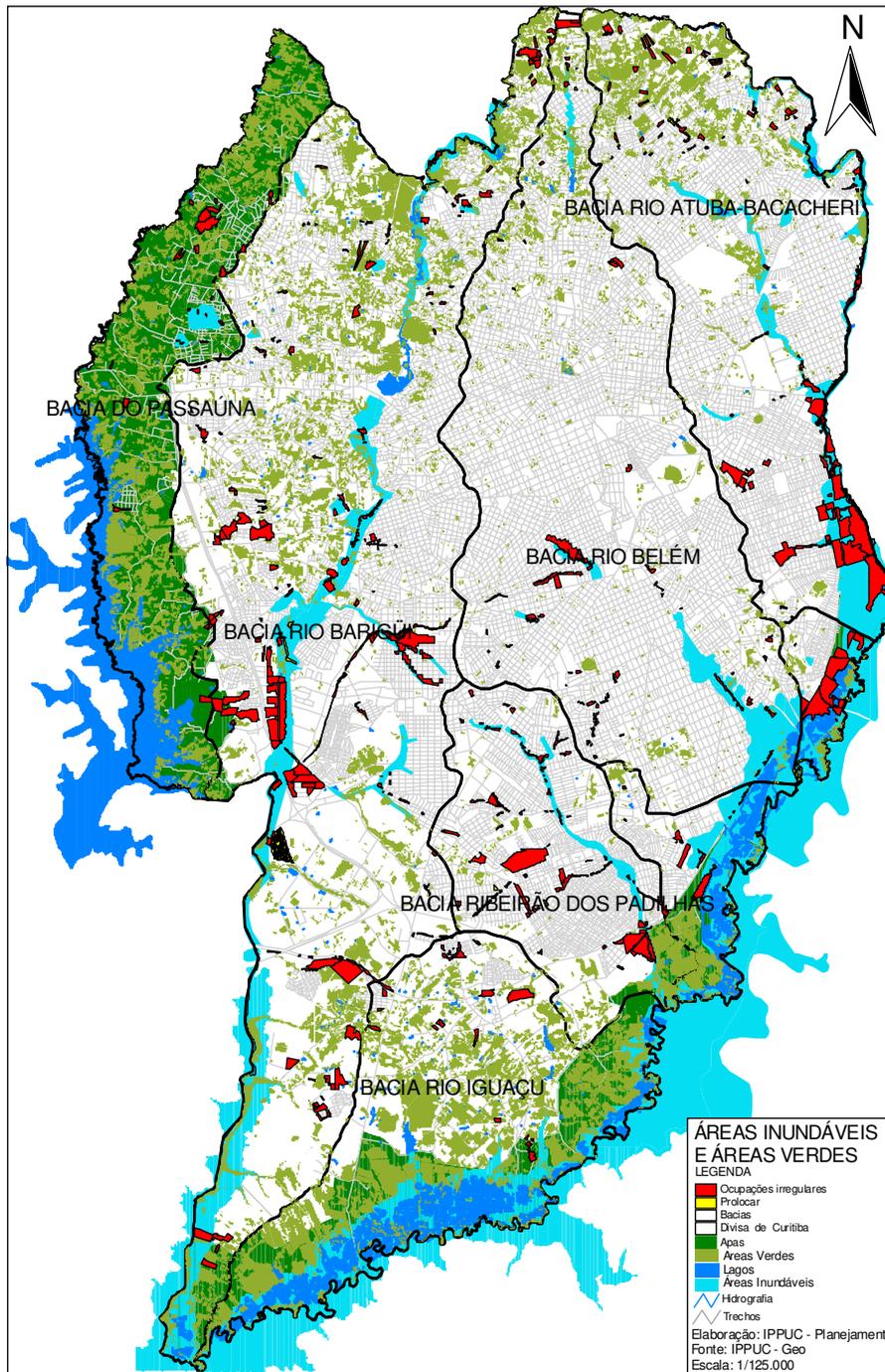
Entende-se que o principal objetivo desta política é a recuperação da qualidade ambiental do assentamento e a melhoria das condições de vida dos moradores. Para se caracterizar uma sociedade sustentável é necessário que ela seja “ecologicamente prudente, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente diversa, territorialmente suficiente, politicamente atraente” (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2006, p. 26).

O órgão responsável pela política ambiental no município de Curitiba é a SMMA que normatiza ações e delimita áreas de interesse ambiental. Esta política é de suma importância, pois para cada área do projeto de regularização fundiária há necessidade de avaliar a biodiversidade, rede hidrográfica, cursos d’água, relevo do solo, entre outros. Após esta análise o órgão habitacional, COHAB-CT, cria diretrizes para amenizar o déficit habitacional provocado pelo processo de urbanização acelerado (PMRF-APPs, 2004, p. 18). A expansão demográfica na capital gerou um intenso processo de favelização, resultando no surgimento de bolsões de pobreza caracterizados como foco de degradação, pois nestas áreas é verificado que os dejetos são lançados ao meio ambiente sem tratamento.

³ Capítulo VI - Do Meio Ambiente - Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Além de fornecer às famílias moradia digna, as políticas habitacional e ambiental promovem a proteção dos mananciais, garante a conservação dos biomas e orienta a expansão do espaço urbano (PMRF-APPs, 2004, p. 15). Para Bueno (2003, p. 11) “quando encontramos um assentamento precário em área de manancial já ocorreu o desequilíbrio do ciclo hidrológico e a contaminação da água”.

Os principais rios de Curitiba que se constituem as seis bacias hidrográficas do município são: Rio Atuba, Rio Belém, Rio Barigui, Rio Passaúna, Ribeirão dos Padilhas e o Rio Iguaçu. Para cumprir a resolução 369/2006 do CONAMA foram estabelecidas às áreas de interesse ambiental e habitacional; estas áreas foram levadas em consideração a partir das bacias hidrográficas de Curitiba. Para a contagem dos domicílios existentes dentro das APPs foi traçada a rede hidrográfica e sua respectiva área de preservação permanente sobre a foto aérea do Município, tornando possível efetuar a contagem do número de domicílios nas APPs. Na figura abaixo se pode visualizar as bacias hidrográficas e as ocupações irregulares no município.



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO
Rua Bom Jesus,669 - Cabral - Curitiba - Paraná - CEP 80.035-010 - Fone: (55 41) 32501414 - Email: ippuc@ippuc.org.br

Figura 1. Mapa das áreas inundáveis, áreas verdes e ocupações irregulares em suas respectivas bacias na cidade de Curitiba.

O ministério das Cidades em seu artigo Regularização Fundiária de assentamentos informais urbanos (2006, p. 197) descreve que o instrumento de recuperação ambiental deve promover a justiça social.

A regularização urbano-ambiental precisa ser entendida como uma ação com dois objetivos integrados, de promover a recuperação da qualidade ambiental e, ao mesmo tempo das condições de vida. O direito a igualdade impõem que todo cidadão tem direito à cidade, à moradia digna e ambientalmente saudável.

A política habitacional do município de Curitiba teve início em meados de 1965, devido ao grande fluxo migratório que contribuiu para o agravamento do problema habitacional no município (PMRF-APPs, 2004, p. 25). A COHAB-CT foi fundada no mesmo ano, sendo uma empresa de economia mista, seu sócio majoritário é a Prefeitura Municipal de Curitiba. Com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH) a COHAB-CT, assume um importante papel dentro do sistema e passa a ser a responsável pelo planejamento e execução da política habitacional do município de Curitiba. De acordo com o PMRF-APPs (2004, p. 26) as primeiras obras ocorreram no período de 1974 a 1979 tendo sido retirado cerca de 20% da população que habitava as áreas de ocupação irregular. Nesta época, o órgão financiador era o BNH, mas com sua extinção em 1986, suas ações ficaram sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal. Ainda em relação aos órgãos financiadores, também fazem parte dos projetos da COHAB-CT, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e posteriormente com o PAC foram destinadas mais verbas para a habitação.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho foi norteado a partir da análise documental do PMRF-AAPs e dos PTTS's de cada Projeto e pela coleta de dados nas áreas selecionadas, a qual se baseou no ensaio de Wilson Sérgio de Carvalho em sua obra: Educação ambiental e desenvolvimento comunitário, onde descreve experiências e dinâmicas de EA praticadas na Linha Amarela no Rio de Janeiro, na qual a EA é sugerida como uma possibilidade para o desenvolvimento de comunidades.

Carvalho (2006, p. 113) expõe que:

No meu ponto de vista são inegáveis as inúmeras contribuições que um projeto de Educação Ambiental bem concebido e aplicado pode promover, junto à comunidade ou à sociedade, no que concerne ao processo de tomada de consciência, não só de duas condições locais, mas também dos mecanismos que estimulam e perpetuam o subdesenvolvimento, procurando apoiar e instrumentalizar seus membros na busca de possíveis soluções a partir da própria realidade sócio-ambiental onde estão inseridos.

O PMRF-APPs “foi estruturado a partir de um diagnóstico, com informações gerais sobre o município, enfatizando as questões ambientais como: hidrografia, áreas verdes, unidades de

conservação, saneamento, passivos e fragilidades ambientais” (PMRF-APPs, 2004, pág. 04). Desta forma selecionou-se uma área por sub-bacia hidrográfica que fizesse parte apenas do PAC, não sendo contemplada apenas a sub-bacia do Rio Passaúna, a qual é oriunda de outro programa municipal habitacional. Foram escolhidas as comunidades onde as relocações são mais antigas. Essa escolha baseou-se na premissa de que comunidades relocadas há mais tempo seriam mais facilmente mensuradas sobre os avanços a respeito da Educação Ambiental.

A coleta de dados ocorreu de forma qualitativa e as informações foram obtidas por meio de estudo de caso onde se verificou o perfil das comunidades escolhidas através de visitas técnicas realizadas nas áreas propostas.

As visitas ocorreram de forma aleatória, em um primeiro momento houve a análise de cada PTTS dando mais ênfase às propostas para o eixo sanitário ambiental, em conjunto os técnicos ambientais de cada sub-bacia foram solicitados para uma conversa informal. Levando em consideração que cada técnico é responsável por mais de uma área de relocação, foi estruturado um cronograma de observação. Nesta conversa foram levantados os perfis das áreas bem como as estratégias de operacionalização utilizadas pelos técnicos. Após a elaboração do cronograma partiu-se para a coleta de dados nas comunidades. Para nortear as observações das ações de Educação Ambiental, juntamente com a dinâmica que os técnicos aplicam em suas áreas, no que tange a qualidade de vida das famílias, procurou-se responder algumas questões pertinentes:

- Qual o grau de envolvimento dos técnicos com as comunidades?
- De que forma a Educação Ambiental é trabalhada no cotidiano das famílias?
- Quais os sucessos e dificuldades mais freqüentes na implantação da Educação Ambiental à comunidade?

A coleta de dados ocorreu em duas etapas:

Na primeira foram realizadas visitas às ocupações (uma em cada área) de origem das famílias, onde se observou os hábitos da comunidade. Como as relocações das cinco áreas selecionadas estão em andamento não foi possível analisar uma mesma família em sua ocupação de origem e em seu loteamento de destino. Foi observada a situação de forma geral, de famílias que vivem no favelamento e serão relocadas, e de famílias que já foram relocadas para os loteamentos. Além das observações sistemáticas houve uma conversa informal com a comunidade e com seus líderes comunitários, pois para fins de comparação entre a origem e o destino, as observações não devem ser restritas as verbalizações dos técnicos, a comunidade precisa ser ouvida. “O profissional é educador e educando ao mesmo tempo, da mesma maneira que acontece com a população, fazendo com que o processo de participação seja assumido por diversos sujeitos” (RODRIGUES; SANTANA; BERNABÉ, 2007, p. 88). Esta conversa deu-se tanto com as famílias na origem quanto com as famílias já relocadas. Os registros fotográficos e as visitas só ocorreram mediante autorização dos líderes comunitários. Tanto na origem como no destino foram acompanhadas as ações dos técnicos e verificou-se se as estratégias propostas no PTTS estão sendo cumpridas. As ações aplicadas pelos técnicos foram basicamente: palestras dirigidas às famílias, aos grupos (já formados no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS) de crianças, jovens e idosos e aos coletores de materiais recicláveis. Outra ação bem comum são as visitas domiciliares e os mutirões de limpeza.

Enfim, a metodologia aplicada nesta primeira etapa resume-se na observação do ambiente em que se encontram as famílias, verificação e acompanhamento das ações de EA.

A segunda etapa foi basicamente direcionada aos loteamentos de destino onde foram observadas as condições em que as moradias se encontram em relação ao acondicionamento de resíduos, levando em consideração o tempo em que estas famílias residem nas moradias. Nesta etapa foram observados os níveis de absorção da EA pela comunidade, bem como a interação entre técnico e comunidade. As análises nesta etapa ocorreram na forma de duas visitas em cada área.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

As áreas em estudo⁴ foram divididas em Área de Origem e Área de Destino. O número de famílias não foi exato, pois podem existir erros de mapeamento. Para este dado foi considerado o risco social, envolvendo parâmetros como a renda da família e as despesas com necessidades básicas.

2.1.1 Sub-bacia do Ribeirão dos Padilhas - Comunidade Seleccionada Origem: Vila 23 de Agosto; Destino: Moradias Jandaia.

O assentamento 23 de Agosto localiza-se no Bairro Novo, cortado pela Rua Eduardo Pinto da Rocha. A área de aproximadamente 245.000m² quase integralmente composta por APP, deverá ser desocupada para recuperação ambiental. Convém citar ainda que na margem esquerda do Ribeirão dos Padilhas há mata nativa. Para a recuperação do Ribeirão dos Padilhas, bem como para a regularização fundiária das áreas, aproximadamente 246 famílias da Vila 23 de Agosto foram reassentadas para outra área do Município. Como as 246 famílias estavam localizadas em APP, todas foram relocadas para a Moradias Jandaia, que fica a cinco quilômetros da área de origem. No PTTS Bacia do Ribeirão dos Padilhas (2007, p. 50) relata-se que mediante um contrato de parceria com a imobiliária G. Laffitte realizado em julho de 1994, foi realizado o mapeamento e cadastramento das famílias. Porém, por problemas peculiares, o processo de regularização retardou significativamente e apenas em 2007 se retoma a intervenção na área. Inicialmente, a previsão do trabalho técnico social foi estipulada em 28 meses. Na presente data as relocações estavam por ser finalizadas. Ainda de acordo com o PTTS Bacia do Ribeirão dos Padilhas (2007, p. 22), há 55 famílias que relatam trabalhar como coletores de materiais recicláveis; este número representa 22,3% das famílias que utilizam esse tipo de atividade como fonte de renda. As famílias são acompanhadas por meio de visitas domiciliares (figura 2.), as mais antigas residem cerca de 2 anos na área de destino.

⁴ As áreas apresentadas fazem parte do Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.



Fonte: Lombardi, D. C. G.

Figura 2. Visita domiciliar realizada na Vila 23 de Agosto.

2.1.2 Bacia Alto Iguaçu – Comunidade Seleccionada Origem: Jardim Icaraí; Destino: Moradias União Ferroviária.

O Jardim Icaraí faz parte do Bolsão Audi-União, responsável pelo maior número de Vilas em ocupação irregular e teve suas origens às margens da linha de Ferro Engenheiro Bley, (Bairro Uberaba), linha que corta o município de Curitiba (PTTS Bolsão Audi, 2006, p. 12). A Vila se encontra às margens das cavas do Rio Iguaçu, sua ocupação teve início em 1998 e pelos levantamentos da COHAB-CT, 51,34% vindos de bairros vizinhos. As famílias foram mapeadas pela COHAB em 2006 e chegando a um total de 687 famílias pertencentes à vila. Na situação de emprego dos titulares, foi verificado que 50% dos trabalhadores declaram-se dentro do mercado informal, ou seja, autônomos sem Previdência Social, sem vínculos empregatícios (PTTS Bolsão Audi, 2006, p. 17). O perfil sócio-econômico indica que aproximadamente 77.67% dos salários recebidos variam entre 0 (zero) a 2 (dois) salários mínimos; os dados apontam que em aproximadamente 16,96% dos domicílios, as famílias trabalham com materiais recicláveis. Desde julho de 2008, com o PAC, muitas atividades sociais e ambientais foram realizadas na área e por serem famílias de baixa renda ou abaixo da linha da pobreza, foram contempladas pelo Programa. A previsão do trabalho técnico social é de 21 meses, contados a partir de 2006. Destas 687 famílias mapeadas pela COHAB-CT, 419 irão ser relocadas à Moradias União Ferroviária; destas 419 que irão ser relocadas, 214 já residem no atual loteamento, às famílias mais antigas residem há cerca de um ano. A distância entre a origem e o destino é aproximadamente de um quilômetro. Na figura 3. observa-se a evolução do programa de intervenção realizado pela COHAB-CT.



FONTE: COHAB-CT

Figura 3. A. Vista aérea do Bolsão Audi União, 2003. **B.** Em 2010 vista das Moradias União Ferroviária.

2.1.3 Sub-bacia do Rio Belém - Comunidade Seleccionada Origem: Vila Parolin; Destino: Moradias Parolin.

Assentada em Fundo de Vale do Rio Guaíba, a Vila Parolin está localizada nos bairros Parolin e Vila Guaíba, limitada ao norte pelas ruas Brigadeiro Franco e Lamenha Lins, ao leste pela Rua Dayse Lucy Berno e oeste pelas Ruas Augusto e João Parolin, totalizando uma área de cerca de 240 mil metros quadrados (PTTS Vila Parolin, 2006, p. 08). De acordo com o PTTS foram mapeadas 1.442 famílias, ao todo 1.507 domicílios, nos dados a respeito de ocupações irregulares do IPPUC datam a área com mais de 50 (cinquenta) anos de existência. Para adequar o assentamento à legislação ambiental e urbanística é necessária a desocupação da faixa de APP do Rio Guaíba, onde esta intervenção corresponde a mais de 40% dos 1.507 domicílios existentes. O levantamento sócio-econômico realizado pela COHAB-CT ainda revela que 52,57% das famílias eram oriundas do

norte pioneiro, que se declaravam estar em busca de melhores condições de vida (PTTS Vila Parolin, 2006, p. 14). O projeto prevê a construção de 677 unidades habitacionais, deste total, 150 já foram construídas, ou seja, aproximadamente 22% do total de famílias já residem na atual moradia. A tipologia das casas (Figura 4.) é estabelecida pelo número de integrantes da família. As famílias mais antigas residem a cerca de um ano e a distância entre a origem e o destino é aproximadamente de cinco quilômetros. A previsão do trabalho técnico social é de 27 meses.



Fonte: Lombardi, D. C. G.

Figura 4. Tipologia das residências, Moradias Parolin.

2.1.4 Sub-bacia do Rio Atuba-Bacacheri - Comunidade Seleccionada Origem: Bolsão Atuba; Destino: Moradias Faxinal.

O assentamento localiza-se no Bairro Alto e está inserido na Bacia do Rio Atuba, sobre sua margem esquerda. As vias são estruturadas através das quais a população local tem acesso ao comércio da região, onde a Vila é cortada pelas Ruas Marcílio Correa e Brasília de Lara. No Bolsão Atuba constitui-se 2 vilas: Higienópolis e Paraíso, onde cerca de 90% das casas encontram-se situadas dentro de APP. De acordo com o PTTS Bolsão Atuba (2007, p. 05), 421 famílias habitantes em área de APP, serão reassentadas para o loteamento Moradias Faxinal com um prazo inicial estipulado em 29 meses a partir de 2007. A análise de renda por família estipula que aproximadamente 6,52% não possuem nenhuma renda; 4,59% até R\$ 200,00 e as demais porcentagens relatam receber entre R\$ 201,00 a R\$ 1.000,00 (PTTS Bolsão Atuba, 2007, p. 38). Até a presente data é a intervenção mais recente do poder público no município (08 meses), onde 100 (cem) famílias já foram relocadas.

2.1.5 Sub-bacia do Rio Barigui - Comunidade Seleccionada Origem: Vila Terra Santa; Destino: Moradias Laguna.

A comunidade Terra Santa está localizada ao Sul da região de Curitiba, é delimitada ao norte pela ferrovia federal Engenheiro Bley. Segundo dados da pesquisa foram cadastrados em 2005, 3.326 moradores em 1.077 domicílios e a duração inicial do projeto foi de 36 meses (PTTS Terra Santa, 2007, p. 11). A área está inserida na sub-bacia Barigui e foram identificados 385 domicílios em APP. Constatou-se que 84,82% das famílias recebem até três salários mínimos (PTTS Terra Santa, 2007, p. 14). Até a presente data este reassentamento está em fase de finalização e todas as famílias estipuladas já foram relocadas para a Moradias Laguna que fica a aproximadamente oito quilômetros da origem. As famílias mais antigas residem cerca de dois anos na área de destino.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em todos os PTTS's existem três eixos de intervenção: Eixo Suporte para intervenções físicas, Eixo de proteção social básica e Eixo Sanitário Ambiental, este último compete ao técnico ambiental amparado pela SMMA. A diretriz do eixo ambiental resume-se em:

Ações sócio-educativas, contribuindo para a preservação ambiental, saneamento básico, coleta seletiva, higiene pessoal entre outros temas de interesse da comunidade, visando a co-responsabilidade e comprometimento dos moradores. Vale salientar que a descrição das operacionalizações e estratégias de intervenção encontra-se detalhada no cronograma de execução de cada eixo (PMRF-APPs, 2004 p. 165)

“Entende-se, portanto, que a questão fundiária não se refere apenas a terra, mas a todo o espaço comunitário” (CRUZ et. al, 2009, p. 05). Os recursos solicitados no início de cada projeto muitas vezes não são liberados pelo órgão financiador, é observado, por exemplo, que a demanda de veículos é muito menor para a demanda dos projetos. Foi relatado, de uma forma geral pelos técnicos, que algumas ações ficam incapacitadas de realização pela falta de veículos, pois as áreas de origem e destino encontram-se afastadas da sede da COHAB-CT. As metas propostas nos PTTS's incluem a mobilização e sensibilização de 100% dos moradores, porém é observado que em uma vila a quantidade de famílias pode passar de 1.000 moradores e o tempo estipulado no projeto de pré e pós obra não é compatível com a realidade encontrada pelos técnicos.

Os técnicos ambientais (biólogos e gestores ambientais), como são chamados pela instituição, possuem formação acadêmica superior, porém o rendimento salarial não é compatível com o piso de cada categoria, nem com os possíveis riscos nas áreas, pois são áreas sociais passíveis.

Analisando os PTTS's é verificado a multiplicação das mesmas ações propostas em todas as áreas, salvo de alguma estratégia diferenciada, não levando em consideração a dinâmica singular em cada área. As estratégias presentes nos PTTS's se resumem basicamente nas seguintes ações: capacitação dos catadores locais, incentivo à participação comunitária, plantão ambiental,

palestras, divulgações das ações sócio-ambientais para a comunidade e criação de um grupo denominado agentes multiplicadores ambientais.

Neste cronograma cada técnico trabalha da forma que achar mais conveniente, porém tem que seguir as ações propostas em cada mês utilizando os recursos liberados para o projeto. Os técnicos são responsáveis por mais de uma área de ação ficando muitas vezes incapacitados para realizar todas as ações propostas em cada mês. Os plantões são realizados juntamente com o técnico social, onde os moradores buscam informações a respeito da moradia, sendo que as informações ambientais surtem mais efeitos nas visitas domiciliares.

As visitas ocorreram na seqüência: Vila 23 de Agosto e Moradias Jandaia, Vila e Moradias Parolin, Vila Icarai e Moradias União Ferroviária, Bolsão Atuba e Moradias Faxinal, e Vila Terra Santa e Moradias Laguna.

Quanto às visitas e a conversa com os moradores na origem e no destino, foi constatado que a maior preocupação por parte dos moradores e das lideranças foi em relação ao Lixo. Para eles o grande problema encontrado nas Vilas é a falta de local para os coletores de materiais recicláveis trabalharem. Foi observado que é comum encontrar uma grande quantidade de resíduos acumulados nas residências bem como crianças e animais circulando em meio ao lixo. Nem todos os carrinheiros foram relocados para o novo loteamento, pois alguns não moram nas margens do rio e o projeto abrange apenas as moradias localizadas em APP, por isso da reivindicação dos carrinheiros em relação ao local específico para o armazenamento e separação dos materiais recicláveis. Para a problemática do acúmulo de resíduos gerados pelos coletores de materiais recicláveis é proposto pela prefeitura de Curitiba o projeto Barracão Eco Cidadão, que prevê a instalação de barracões para os coletores se organizarem em forma de cooperativa. Porém, não está presente em todas as áreas, ou se está são distantes da área.

Na Vila Parolin consta em PTTS a implantação de um Parque de recepção de recicláveis, porém até a presente data não começou a execução da obra, a qual era prevista para 2008 prevendo o atendimento de cerca de 2.500 coletores. Vale salientar que o CRAS oferece cursos profissionalizantes para os moradores das áreas de origem e destino, porém foi observado que a demanda de inscritos é menor que o esperado; estes cursos são divulgados pelos assistentes sociais da Fundação de Ação Social (FAS) e pelos assistentes sociais da COHAB-CT. É pertinente enfatizar a importância das distribuições de mudas e plantios, muitos dos moradores residiam no interior e a oportunidade de ter um espaço para o cultivo de hortaliça e flores, remete às lembranças. A importância da EA foi relatada pelos moradores (origem e destino) na questão da conservação do ambiente para as próximas gerações, porém também foi observado nos moradores relocados o entendimento que a EA seria apenas a natureza preservada, uma visão ainda muito prematura.

Uma das estratégias sugeridas nos PTTS é referente às visitas domiciliares, a sua rotina visa fornecer informações para melhorar a qualidade de vida da comunidade. Questões como coleta seletiva, economia de água, guarda responsável dos animais domésticos, observação para evitar o acúmulo de água parada, incentivo a higiene pessoal, plantio com as crianças, são abordadas no programa. Souza (2008, p. 17) argumenta que “a partir do conhecimento da realidade, é possível investigar as formas mais coerentes de intervenção”; já para Maciel & D’ávila (1992 apud CARVALHO 2006, p. 32) “Uma educação que desconheça ou menospreza a cultura de uma comunidade, não pode ser chamada de ação educativa”. Nas visitas os técnicos convidam para

reuniões, nas quais são abordadas as problemáticas da comunidade. Na pré mudança as famílias são preparadas para deixar antigos hábitos.

Após todas as ações mensais os técnicos elaboram um relatório e ao final do mês vigente é enviado ao órgão financiador – CAIXA.

Quanto às visitas realizadas nas moradias de destino, observa-se em alguns casos, a degradação do ambiente ao redor da residência. Como os barracões de reciclagem propostos pelo município ainda não foram instalados, o acúmulo de materiais é bem visível. Em conversa com as famílias algumas delas relatam não se importar com a degradação, pois no loteamento não há rio perto, conseqüentemente não haverá inundação. Quando questionadas a respeito da interação Ser Humano e Natureza, a minoria se percebe como parte do ambiente. Para Loureiro, Layrargues e Castro (2006, p. 27) “Fazer Educação Ambiental com compromisso social significa reestruturar a compreensão de EA, para estabelecer a conexão entre justiça ambiental, desigualdade e transformação social”.

Os depoimentos evidenciaram pouco entendimento do impacto das atividades sobre o ambiente, porém se mostraram interessados em possuir novos hábitos de conduta, como por exemplo, a implantação das hortas. Carvalho (2006, p. 15) argumenta que a EA é um valioso instrumento na busca de melhor qualidade de vida, através da formação de uma nova mentalidade ecológica. No entanto, demonstra preocupação, pois a EA pode ser má utilizada, de acordo com os objetivos de quem a promove e dos valores e ideologias sobre o qual estas práticas estariam calcadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi atingido no que tange a análise documental das atividades de EA praticadas em comunidades em processo de regularização fundiária.

A maioria dos projetos encontra-se em atraso em relação à data estipulada em PTTS.

Nos PTTS's foi encontrada uma reprodução de ações para todos os projetos, porém foi observado que os técnicos adaptam os cronogramas com a realidade de cada comunidade.

Após a relocação das famílias em APP é realizada uma recuperação ambiental da área e há uma fiscalização por parte da COHAB-CT para impedir nova invasão.

A COHAB-CT é pioneira em relação aos trabalhos integrados entre os órgãos ambientais e habitacionais. Pesquisas na Associação Brasileira de COHABs não relataram nenhum outro projeto de regularização fundiária onde profissionais de meio ambiente e assistentes sociais trabalhassem em conjunto.

Para que os programas de EA sejam efetivos, torna-se necessário conhecer a comunidade em que serão desenvolvidas as atividades para promover o envolvimento de seus integrantes. No entanto, verifica-se rotatividade dos técnicos e esta situação pode influenciar o trabalho desenvolvido na comunidade. Um dos possíveis motivos encontrados seria a falta de vínculo dos técnicos com a instituição, pois são contratados temporariamente.

Foi verificada uma grande integração dos técnicos à comunidade. Porém, as ações ambientais nos projetos são pontuais, depois que o projeto se encerra as comunidades não recebem mais o

atendimento dos técnicos ambientais, ficando apenas a responsabilidade para os grupos de multiplicadores.

Há necessidade da implantação efetiva dos barracões do projeto municipal Eco Cidadão a fim de viabilizar a separação dos materiais.

As comunidades visitadas possuem baixo desenvolvimento sócio-econômico com atividades essencialmente domésticas ou voltadas para a coleta de materiais recicláveis.

A Educação Ambiental não é realizada e nem medida em curto prazo, necessitando que ações e projetos como estes, sejam contínuos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, Laura Machado de Mello. **Regularização em áreas de proteção ambiental no meio urbano**. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/regularizacao-fundiaria/textos-diversos/LauraBueno1.pdf>> Acesso em 21 de Outubro de 2010.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2006.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA – COHAB-CT. **Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente**. Curitiba, PR, 2004.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA – COHAB-CT. **Projeto de Trabalho Técnico Social: Vila Parolin**. Curitiba, PR, 2006.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA – COHAB-CT. **Projeto de Trabalho Técnico Social: Bacia Ribeirão dos Padilhas**. Curitiba, PR, 2007.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA – COHAB-CT. **Projeto de Trabalho Técnico Social: Bolsão Atuba**. Curitiba, PR, 2007.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA – COHAB-CT. **Projeto de Trabalho Técnico Social: Bolsão Audi**. Curitiba, PR, 2006.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA – COHAB-CT. **Projeto de Trabalho Técnico Social: Terra Santa**. Curitiba, PR, 2005.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. **Resolução 369/2006**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>>. Acesso em 04 de Novembro de 2009.

CRUZ, Mariane dos Reis. **Regularização fundiária sustentável em vilas e favelas: uma experiência da extensão universitária da UFMG**, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: http://hosting.udlap.mx/sitios/unionlat.extension/memorias2009/trabajos/universidad_sociedad/regularizacao_fundiaria_sustentavel_em_vilas_e_favelas_vilas.pdf. Acesso em: 21 de Outubro de 2010.

FERREIRA, Sandra Lessa da Silva. **Diagnóstico socioambiental da bacia do Ribeirão dos Padilhas: O processo de ocupação do loteamento Bairro Novo, Sítio Cercado – Curitiba – Pr**. Dissertação de Mestrado, UFPR, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba**. Campinas: Papyrus, 1996.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2º ed. Brasília, 2002.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, Sérgio Cláudio da Costa; SANTANA, Valéria Nichetti; BERNABÉ, Vera Lúcia. **Educação, ambiente e sociedade: novas idéias e práticas em debate: programa de comunicação ambiental**. Vitória: Companhia Siderúrgica de Tubarão, 2007.

SANTOS, Silvana Cordeiro dos. **Educação Ambiental e Serviço Social: Um estudo sobre as contradições existentes entre a preservação do meio ambiente e a sobrevivência da população**. Monografia de graduação, PUCPR, 2002.

SOUZA, Ana Carolina Sommer de; HARDT, Carlos. **As contribuições da percepção ambiental para os projetos urbanos: o caso da Vila Zumbi dos Palmares na Região Metropolitana de Curitiba**. Dissertação de Mestrado, PUCPR, 2008.

Documentos Consultados

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **História do Planejamento**. Disponível em:
< http://www.ippuc.org.br/pensando_a_cidade/index_hist_planej.htm >.
Acesso em 10 de Setembro de 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA.
Indicadores Demográficos. Disponível em:
<http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/2008_Indicadores%20-%20Demografia.pdf > .
Acesso em 04 de Novembro de 2009.